

CONFLITOS E VIOLÊNCIAS NO CAMPO BRASILEIRO: UM PANORAMA DOS ÚLTIMOS ANOS

CONFLICTS AND VIOLENCE IN THE COUNTRYSIDE BRAZILIAN: AN OVERVIEW OF LAST YEARS

Jaelson Silva Lopes

Graduando em Geografia pela
Universidade Federal do Piauí - UFPI
E-mail: jaelson.s.l@ufpi.edu.br

Raimundo Wilson Pereira dos Santos

Doutor em Geografia. Docente dos cursos
de graduação e pós-graduação em
Geografia da Universidade Federal do
Piauí – UFPI
E-mail: wilsonpereira@ufpi.edu.br

RESUMO

O avanço do capitalismo e, todo boom de inovações promoveu transformações no espaço geográfico mundial. No tocante ao espaço rural brasileiro, esse acompanhou o processo e aconteceu uma onda de crescimento econômico, notadamente a partir do início da segunda metade do século XX, não reverberando em desenvolvimento. Todavia, os desdobramentos no campo, face às relações sociais e econômicas principalmente, tem promovido este espaço em palco de muitos conflitos e violências, gerando inúmeras vítimas no Brasil. Porém, tal problemática remete ao período colonial brasileiro e a distribuição de terras que outrora fora realizada, sendo, portanto, o cerne da questão e que ainda hoje acarreta intensos conflitos, mortes, ameaças de morte, violência física e psicológica causada por grandes proprietários fundiários e até mesmo indiretamente pelo Estado. Para tanto, o presente trabalho busca analisar os conflitos no campo brasileiro nos últimos anos, tendo como objetivos específicos verificar os principais fatores que potencializam os conflitos no campo brasileiro e analisar a regionalização dos conflitos rurais. Esse trabalho justifica-se pela necessidade de estudos que buscam entender a problemática dos conflitos existentes no campo brasileiro a partir de um diagnóstico. Logo, tal temática é recorrente e diz respeito à realidade de um grupo de pessoas que vivenciam e sofrem por causa desses conflitos em seu cotidiano. Para realizarmos essa pesquisa, utilizamos documentos/relatórios disponíveis no site da Comissão Pastoral da Terra – CPT, informações contidas no Atlas da questão agrária

brasileira, somadas a pesquisa bibliográfica de trabalhos acadêmicos que abordam o tema. Trata-se, portanto, de um trabalho de abordagem quali-quantitativo. Como principais resultados, destacamos expressivos indicadores da violência do campo brasileiro, resultado da força do capital e das tímidas políticas públicas de apoio ao homem do campo e, conseqüentemente ao desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Campo. Conflitos. Violência.

ABSTRACT

The advance of capitalism and, every boom of innovations promoted transformations in the global geographic space. With regard to the Brazilian rural space, it followed the process and a wave of economic growth took place, notably from the beginning of the second half of the 20th century, not reverberating in development. However, the evolution in the field, mainly in the face of social and economic relations, has promoted this space on stage of many conflicts and violence, generating numerous victims in Brazil. However, this problem refers to the Brazilian colonial period and the distribution of land that was once carried out, therefore being the heart of the matter and which still causes intense conflicts, deaths, death, physical and psychological violence caused by large landowners and even even indirectly by the State. To this end, the present work seeks to analyze conflicts in the Brazilian field in recent years, with the specific objectives of verifying the main factors that potentiate conflicts in the Brazilian field and analyzing a regionalization of rural conflicts. This work is justified by the need for studies that seek to understand the problem of conflicts existing in the Brazilian field from a diagnosis. Therefore, this theme is recurrent and concerns the reality of a group of people who experience and resolve because of conflicts in their daily lives. To carry out this research, it uses documents / reports available on the website of the Pastoral Land Commission - CPT, information contained in the Atlas of the Brazilian agrarian question, in addition to the bibliographic research of academic works that address the theme. It is, therefore, a work of quali-quantitative approach. As main results, we highlight expressive indicators of violence in the Brazilian countryside, the result of the strength of capital and of timid public policies to support rural men and, consequently, rural development.

Keywords: countryside. Conflicts. Violence.

INTRODUÇÃO

O campo no Brasil vem passando por inúmeras transformações, sejam na esfera cultural, social e econômica, tais transformações são concretizadas “pela força do trabalho que o espaço rural e urbano é

construído/modificado" (OLIVEIRA, 2014, p. 4). Tais modificações evidenciadas no ambiente do trabalho se deram por meio do desenvolvimento do campo e o emprego de tecnologias, modificando as relações de trabalho.

Esse conjunto de mudanças traz consigo repercussões positivas e negativas que interferem na dinâmica do espaço geográfico. Assim, o espaço se constrói e reconstrói seguindo a dinâmica do capitalismo e dos anseios da sociedade, partícipe desse processo de construção e para tanto, se adequa à construção do espaço.

Dessa forma, Guimarães (2016, p. 121), afirma que "desde meados dos anos 1940, a agricultura brasileira vem passando, de forma ininterrupta, por um profundo reajustamento produtivo, visando à modernização". Tal processo adjetivou-se de forma patente no espaço geográfico brasileiro, na qual reconfigurou as relações existentes nesse espaço.

Trata-se, portanto de um fenômeno recorrente no campo brasileiro desde meados do século XX, que notadamente até a década de 80 desse mesmo século, afetou inúmeras famílias que foram forçadas a migrarem para as cidades. O processo de urbanização do território brasileiro teve repercussão positiva e negativa, especialmente quanto às questões sociais, o que intensificou ainda mais a interação entre campo e cidade, que Abramovay (2000) designa de *continuum*.

Os conflitos no campo brasileiro, causados especialmente pela questão da água, direito a terra, atividade da mineração, contra grupos sociais (indígenas camponeses e grupos minoritários), é uma realidade histórica. Para tanto, o presente trabalho busca analisar os conflitos no campo brasileiro nos últimos anos, tendo como objetivos específicos verificar os principais fatores que potencializam os conflitos no campo brasileiro e analisar a regionalização dos conflitos rurais.

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de estudos que buscam entender e analisar os conflitos existentes no campo brasileiro, bem como

fazer um panorama sobre estes. Dessa forma, tal temática é recorrente e diz respeito à realidade de um grupo de pessoas (camponeses, indígenas e quilombolas) que vivenciam e sofrem por causa desses conflitos em seu cotidiano.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é fruto da disciplina “Geografia rural do Brasil”, ministrada no período especial de 2020.3 durante o período de isolamento social na UFPI – Universidade Federal do Piauí, em virtude da pandemia do “Novo Coronavírus” (Sars-CoV-2). As aulas tiveram o uso de recursos tecnológicos como o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), o *Google Meet*, que possibilitaram a realização das atividades pedagógicas.

Tal pesquisa é fruto das leituras e discussões dos textos da disciplina supracitada ministrada no período especial de 2020.3, sob a orientação do professor Raimundo Wilson Pereira dos Santos, a qual desempenhou papel de extrema relevância nas reflexões a respeito do rural brasileiro em especial da temática violência no campo brasileiro.

Assim sendo, para realizarmos essa pesquisa, procedemos análises documentais atrelada à pesquisa bibliográfica de trabalhos acadêmicos que abordam os conflitos no campo brasileiro. Trata-se, portanto, de um trabalho de abordagem quali-quantitativo, uma vez que Gerhardt e Silveira (2009) pontuam que a pesquisa qualitativa se refere a aspectos da realidade que não podem ser quantificados e, pesquisa quantitativa busca mensurar um determinado fenômeno.

REFERENCIAL TEÓRICO

As produções a respeito do campo brasileiro crescem de forma a atender inúmeras temáticas que se revelam no campo e se mostram de extrema importância para entendimento dessas problemáticas logo, não

podemos entender o campo em uma perspectiva atrasada, mas, vislumbrarmos como um espaço de constantes transformações e perspectivas abrangentes.

Destarte, como revela Gusmão (2006), os estudos sobre o rural no Brasil sofreram grandes transformações ao longo do tempo passando de estudos meramente descritivos, conceituais de aspectos estruturais até estudos que versam sobre o intenso desenvolvimento e modernização pela qual o campo vem apresentando na atualidade, caracterizando, dessa forma uma fase abrangente e restrita dos estudos do rural brasileiro.

O trabalho de Guimarães (2016) versa sobre o processo de inserção da agropecuária no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, elencando a estruturação do espaço rural, avanço da fronteira agrícola em 1950, bem como os avanços tecnológicos e modernização da agricultura nos anos 60 do século XX.

Desse modo, com as inúmeras transformações pela qual o mundo vem passando e, mormente com o processo de globalização e a integração dos lugares em escala regional, nacional e internacional, não podemos analisar o campo em uma perspectiva isolacionista, mas, em constante ligação com os espaços que o circunda, mantendo assim relações, sejam estas diretas ou indiretas. Assim sendo, Oliveira (2014, p. 11), destaca que:

Os estudos do Rural e Urbano devem ir além de um mero discurso dicotômico, apresentando o rural como atrasado e o urbano como desenvolvido. As ciências geográfica e sociais contribuem fortemente na sistematização das teorias, partindo das relações sociais e da divisão do trabalho, assim a teoria do *Continuum* rural-urbano torna o cerne dos trabalhos que abordam de forma mais estruturada a sistematização do discurso. Para a teoria do *Continuum* os espaços antes tidos como antagônicos se integram e se completam preservando suas particularidades.

Nesse sentido, não mais entendido como isolado, o campo é palco de lutas sociais reflexo da luta pelo direito a terra, o direito a água, o direito de

sobreviver no lugar onde eles escolheram viver. Para tanto, não podemos cair no erro de nos restringirmos à visão de “campo isolado” em um mundo globalizado, no entanto, devemos atentar as singularidades e particularidades de cada lugar.

Sobre os conflitos no campo Guimarães (2016, p. 293) destaca que:

A conflitualidade é formada pelo conjunto de conflitos que, ao serem resolvidos, levam ao desenvolvimento. Desta forma, o conflito é inerente ao desenvolvimento. No interior da questão agrária, o conflito é resultado do enfrentamento entre o território do campesinato e do latifúndio e agronegócio. O conflito surge da diferença de interesses entre esses territórios e a sua solução vem da mediação do que esses dois territórios consideram problemas.

Segundo Medeiros (1996), a violência no campo, de forma mais intensa está presente na luta pela terra, e está calcada em diferentes aspectos de interpretação entre o público e o privado, entre os grandes latifundiários e os pequenos proprietários de terra, e ressalta o cenário de fortes movimentos sociais na luta pela terra, indo em consonância às inúmeras formas de exercício de dominação.

As informações obtidas da CPT – Comissão Pastoral da Terra, por meio de suas publicações anuais nos ajudam a atender tal problemática, pois a temática dos conflitos no campo é recorrente em todas as suas versões, revelando a gravidade da situação do campo e do rural brasileiro na contemporaneidade ainda que, tal impasse preexistia desde a estruturação do rural brasileiro. No entanto, atualmente, a temática tem levantado grandes discussões na academia e proporcionado ricos debates e produções acadêmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Principais tipos de violência/conflitos no campo

Segundo Girardi (2008), quando nos referimos à violência no campo cabe destacarmos que ela pode ser direta ou indireta, passiva ou ativa. A violência direta é aquela que é sofrida diretamente pela pessoa; ameaças de mortes, assassinatos e despejos podendo ser executada por particulares ou pelo estado. Nas violências diretas e passivas o Estado age principalmente com os despejos judiciais e a força da polícia, a forma passiva diz respeito à omissão do Estado frente as violências diretas causadas aos camponeses.

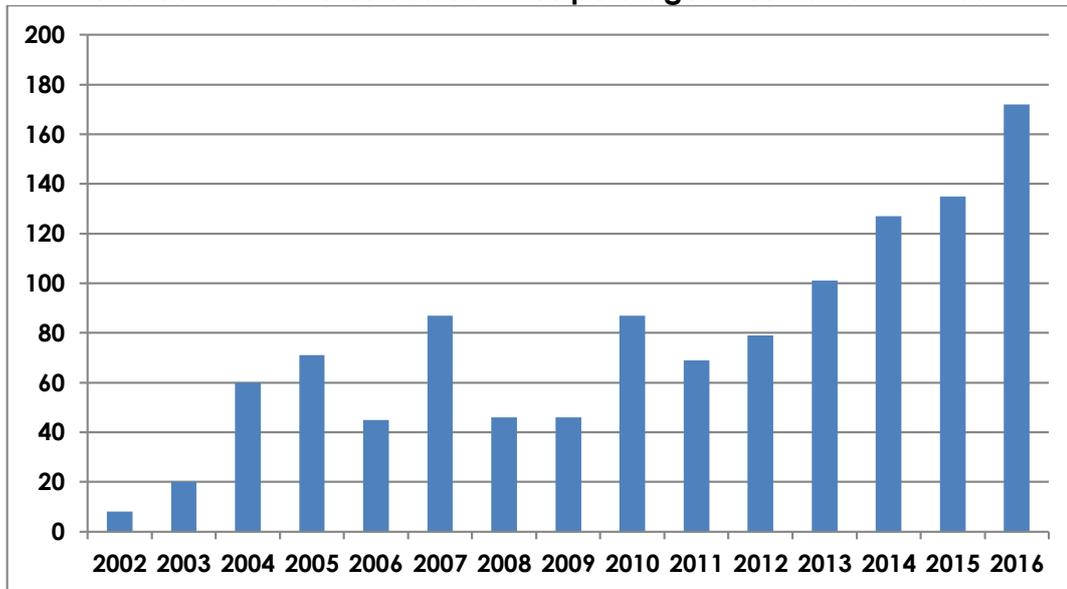
Conforme os dados obtidos na Comissão Pastoral da Terra¹ (2020, p. 5), “Uma das grandes fontes de conflito no campo gira em torno à água”, um recurso essencial à vida, torna-se um fator de intensos conflitos no campo. Conforme afirma Girardi (2008), “No interior da questão agrária, o conflito é resultado do enfrentamento entre o território do campesinato e do latifúndio e agronegócio”. Esses conflitos em suma, visam garantir o uso e preservação da água contra a apropriação privada dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo e a construção de barragens e açudes.

O Gráfico 1 mostra o cenário dos conflitos pela água no Brasil dos anos de 2002 a 2016, evidenciando a elevada taxa no que concerne ao panorama conflitos relacionados à água no campo brasileiro com expressivo aumento desde os anos de 2010; no entanto, é necessário atentarmos que os números são muito mais elevados que os dados revelam, pois, muitos casos não chegam nem a ser computados, ou por falta de fiscalização de órgãos responsáveis ou por interesses particulares.

No ano de 2019 segundo informações da Comissão Pastoral da Terra Em 2019, o número de conflitos pela água disparou - 489 conflitos, envolvendo 69.793 famílias - 77% a mais em número de conflitos, em relação a 2018. É o maior número de conflitos pela água já registrada pela CPT” (CPT, 2020, p. 5).

¹ A comissão Pastoral da Terra – CPT publica anualmente desde 1984 os “conflitos no campo Brasil” onde trazem informações atualizadas que tratam dos conflitos e violências sofridos no campo brasileiro.

Gráfico 1 – Números dos conflitos pela água 2002 a 2016 – Brasil



Fonte: CPT (2016). Organizado por Cosme, C. M.

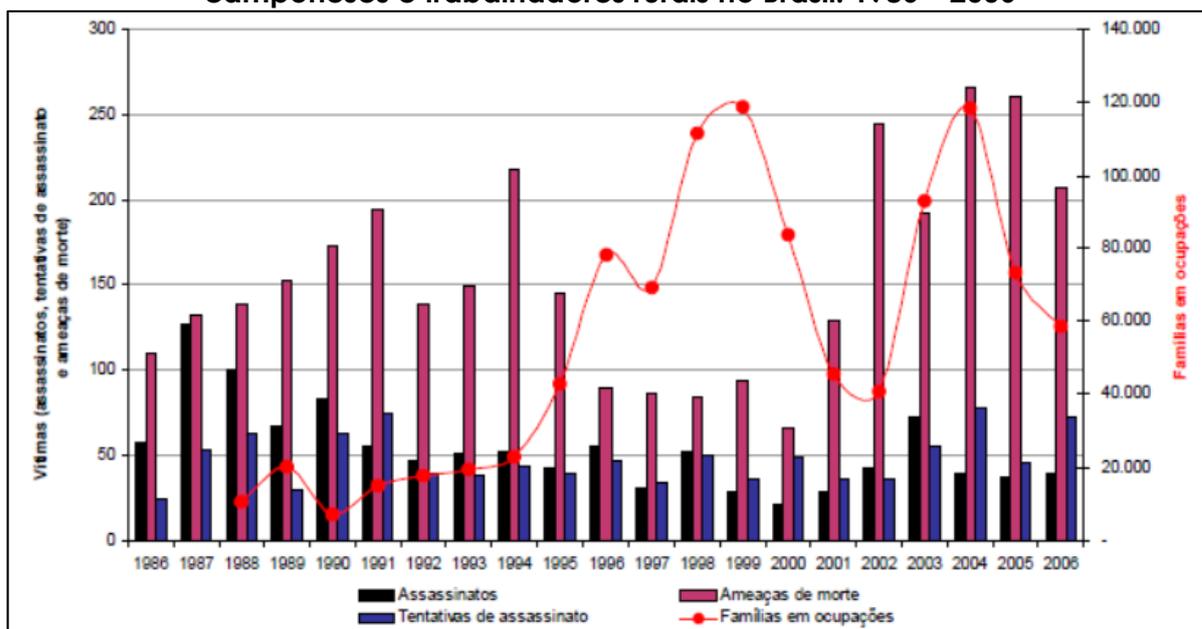
Os conflitos pela terra dizem respeito à garantia do uso e permanência dos camponeses e grupos minoritários ao acesso a terra, que frequentemente é fruto de grandes conflitos no campo gerando assim, mortes, ameaças de morte, torturas, prisões. É, portanto, uma questão muito delicada, mas deve ser debatida, no sentido de resolver tal problemática. Conforme reitera a (CPT, 2016, p. 4):

O número total de conflitos por terra é a soma de três variáveis: Ocupações – Acampamentos – Ocorrências de Conflito. Ocupações e acampamentos são ações dos movimentos populares que lutam pela conquista da terra de que necessitam para trabalhar e sobreviver, ou pela retomada de territórios dos quais foram expulsos e/ou historicamente esbulhados. Caso dos povos indígenas e de comunidades quilombolas. Ocorrências de conflito referem-se a situações em que houve alguma forma de violência ou contra a ocupação e a posse (expulsão, despejo, ameaças de expulsão ou de despejo, tentativas de expulsão, bens destruídos, pistolagem), ou contra a pessoa (assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisão, tortura ...).

No campo, ainda é presente a violência contra a ocupação, onde as famílias que residem em uma propriedade são expulsas da mesma em virtude da exigência do proprietário, essa expulsão, na maioria das vezes é acompanhada de violências, ameaças e os bens, casas e roças são destruídas por jagunços a mando dos grandes proprietários das terras.

Violência contra pessoa, na qual se refere a qualquer tipo de violência causada contra os grupos que vivem no campo (indígenas, quilombolas e camponeses), dentro dessa perspectiva, incluem-se conflitos trabalhistas no campo, trabalho escravo, superexploração. Nesse ponto, a (CPT, 2016) reitera que quando tratamos de violência não tratamos apenas de violência física, tratar-se-á, portanto, de violências que afetam o direito e a dignidade das pessoas. Os dados do Gráfico 2 retratam a violência direta que afetam os camponeses e os trabalhadores rurais no mundo rural brasileiro, onde observamos elevados índices nas três categorias de violência.

Gráfico 2 – Assassinatos, ameaças de morte e tentativas de assassinatos de camponeses e trabalhadores rurais no Brasil: 1986 – 2006



Fonte: CPT e DATALUTA. Organizado por Eduardo Paulon Girardi

Se não bastassem todas as formas de violência retratadas nos parágrafos supracitados, o trabalho escravo também assola as comunidades camponesas e embora estejamos em pleno século XXI, ainda é um problema recorrente no campo brasileiro. “É uma grande violência que se utiliza de várias modalidades de violência para se manter” (NEIVA, 1994, p.24).

A Tabela 1 mostra os números do trabalho escravo em todas as regiões brasileiras no ano de 2016, revelando que no Brasil no ano de 2016 os números de ocorrências somaram 68, o de denúncias de trabalho escravos 751, libertos 544. A região Norte lidera o número de ocorrências, trabalhos na denúncia e ainda com 9 menores envolvidos no trabalho com escravo.

Tabela 1- Trabalho escravo no Brasil no ano de 2016

Região	Nº de ocorrências	Trabalhos denunciados	Libertos	Menores
Norte	23	286	120	9
Nordeste	21	214	183	-
Centro-Oeste	10	106	98	-
Sudeste	12	122	122	-
Sul	2	23	23	-
Brasil	68	751	544	9

Fonte: CPT (2016). Cedoc Dom Tomás Balduino.

Os conflitos no campo brasileiro: um olhar sobre as regiões brasileiras

Antes de nos debruçarmos sobre os conflitos no campo brasileiro, é necessário compreendermos o cerne da questão, onde tudo começou. Logo, remontamos a história do processo de distribuição de terras no Brasil para que assim, possamos entender a problemática dos conflitos que permeiam o campo brasileiro na atualidade. Nesse sentido, a Comissão Pastoral da Terra, (2016, p. 10), em sua edição especial número 236, destaca que:

[...] analisando os números dos Conflitos e da Violência nos diz que “somos herdeiros de quatro sombras que pesam sobre nós e que originaram e originam a violência”. A primeira é nosso passado colonial. Todo processo colonialista é violento. Implica invadir terras, submeter os povos, obrigá-los a assumir a cultura

do invasor/colonizador. Gerou o sentimento de dependência e exagerado valor ao que vem de fora. A segunda sombra foi o genocídio indígena. Eram mais de 4 milhões. Os massacres de Mem de Sá em 31 de maio de 1580 liquidou com os Tupiniquim da Capitania de Ilhéus. A guerra declarada oficialmente por D. João VI em 13 de maio de 1808 dizimou os Botocudos (Krenak) no vale do Rio Doce. A consequência é a falta de respeito e a discriminação presentes na sociedade. A terceira sombra, a mais nefasta de todas, foi a escravidão. Entre 4 a 5 milhões foram trazidos sob muita violência da África como "peças" a serem consumidas como carvão no processo de produção. Negamos-lhes humanidade. Criou-se a instituição da Casa Grande e da Senzala. Desse processo surgiu uma nação profundamente dividida entre os poucos ricos e grandes maiorias pobres. Somos um dos países mais desiguais do mundo, o que significa um país violento e cheio de injustiças sociais. A quarta sombra que explica grande parte da violência no campo é a Lei de Terras do Brasil, de nº 601 de 18 de setembro de 1850. Segundo esta lei, a apropriação de terras só se faria mediante compra da Coroa, proprietária de todas elas. A consequência final desta perversa decisão imperial, jogou os sem terra para as favelas, cinturão de pobreza e miséria que caracteriza quase todas as nossas cidades (CPT, 2016, 10).

Assim sendo, como bem destaca a CPT, somos herdeiros desse passado na qual reverbera no presente, o campo no Brasil é palco de conflitos resultado das ações arcaicas que refletem na luta pela água, pela terra, a luta pela sobrevivência no campo.

A Tabela 2 traça o cenário dos conflitos pela água no Brasil no ano de 2016, a região sudeste concentra 80 casos de conflitos envolvendo a água, seguidos pela região Nordeste com 42 conflitos, região Norte com 29 conflitos, Centro Oeste, 16 e Sul 05 casos de conflitos. É importante pontuarmos que os números são bem maiores se levarmos em consideração os conflitos que não foram registrados. No ano de 2018 a Comissão Pastoral da Terra publicou dados referentes aos principais grupos sociais vítimas dos conflitos pela água.

Os principais grupos sociais vítimas dos conflitos pela água em 2018 foram as Comunidades Tradicionais. Dos 276 casos, 235 (85,14%) atingiram 09 grupos sociais distintos: Camponeses de Fundo e Fecho de Pasto, Geraizeiros, Indígenas, Marisqueiras, Pescadores, Quebradeiras de Coco, Quilombolas, Ribeirinhos e Vazanteiros. Entre estes, os Ribeirinhos foram os mais

impactados, com 100 casos as mineradoras são as responsáveis por 50,36% dos conflitos (139). 111 protagonizados por mineradoras internacionais. 28 por mineradoras nacionais (CPT, 2018, p.10).

Tabela 2 - Síntese dos conflitos pela água por região e categorias – 2016

Regiões	Total de Conflitos	Barragens e açudes	Uso e preservação	Apropriação particular
Norte	29	20	06	03
Nordeste	42	12	21	09
Centro-Oeste	16	07	04	05
Sudeste	80	12	68	-
Sul	05	03	02	-
Brasil	172	54	101	17

Fonte: CPT (2016). Organizado por COSME, C.M.

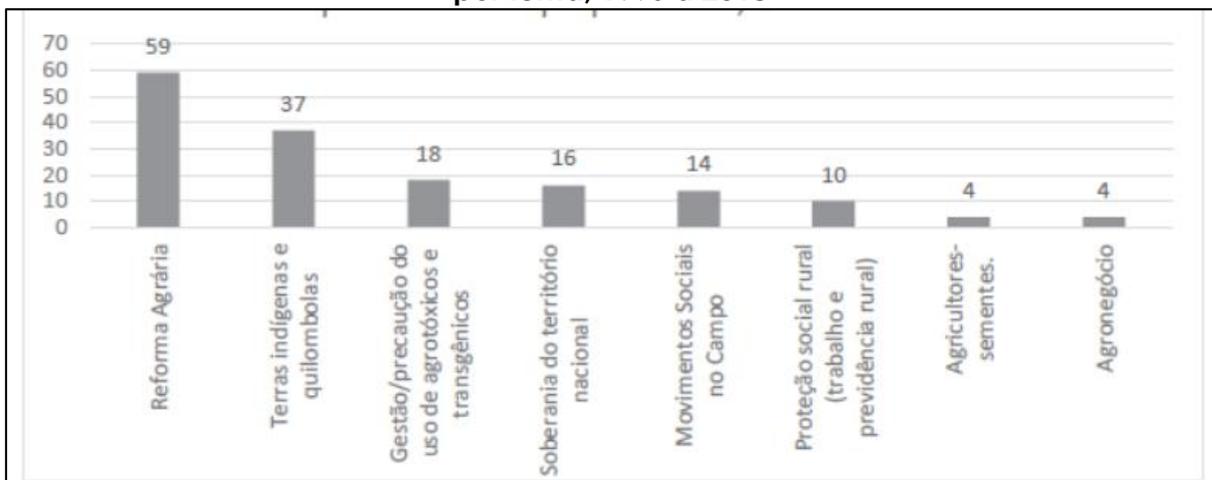
Os conflitos pela terra são na ótica do campo, um impasse extremamente delicado a ser enfrentado, envolvendo em suma, grupos socialmente excluídos, a saber: camponeses, indígenas, quilombolas, que na maioria das vezes, não possuem terras e quando possuem, sofrem diversas ameaças dos grandes proprietários fundiários por meio dos jagunços, ameaças estas, que geram mortes, violências físicas e psicológicas nesses grupos sociais.

Mais do que números, os dados da CPT são informações sobre a situação dos homens e mulheres do campo e rentaram a luta dos camponeses brasileiros e as violências por eles sofridas. Certamente esses dados não abrangem a totalidade, mas compreendem parte significativa da realidade, cuja totalidade é ainda mais violenta e desigual. Mais do que algarismos, os números devem ser compreendidos como vidas. Mais do que pontos, linhas e áreas, os mapas devem ser lidos como representação da luta pela terra e da violência sofrida pelos camponeses trabalhadores no campo; eles representam famílias que ficam sem casa, sem comida e sem água (GIRARDI, 2008 p. 294)

No Gráfico 3, é revelada as propostas de leis que ferem os povos do campo e mostra a dimensão do problema, somando 162 leis que ferem de

alguma forma os povos que reivindicam apenas, o direito de possuir uma porção de terra e desfrutar dela para garantir a sua sobrevivência.

Gráfico 3 – Distribuição das propostas de leis que ferem os povos do campo por tema, 1996 a 2018

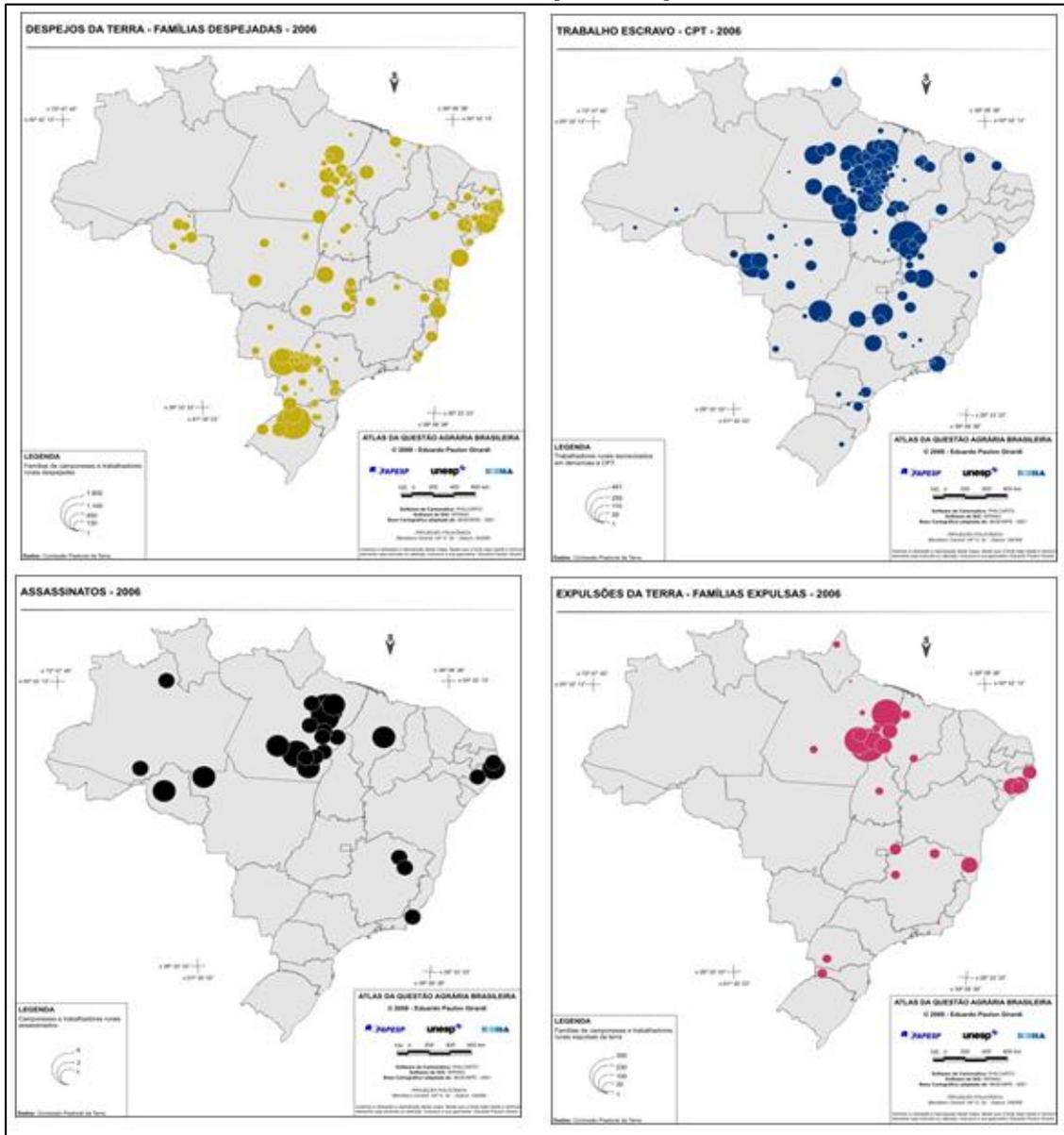


Fonte: CPT (2018).

São leis que ferem diretamente a vida daqueles que lutam para sobreviver no campo brasileiro, e que além de enfrentarem diariamente os impasses e dificuldades da vida, ainda tem que encarar tais situações que comprometem a sua permanência no campo e o seu bem-estar social, como revelado no Gráfico 3, são propostas de leis que tratam de maneira expressiva a reforma agrária, terras indígenas e quilombolas, gestão e precaução do uso de agrotóxicos e transgênicos.

O Gráfico 4, ressalta o quadro de famílias despejadas, trabalho escravo, assassinatos e de expulsões de terras e famílias no ano de 2006. A partir da análise dos dados expostos, percebemos que neste ano as maiores taxas de famílias despejadas concentram-se na faixa litorânea da Paraíba até Rio de Janeiro, na porção norte do Rio Grande do Sul, oeste do Paraná e sul de Santa Catarina, ao norte do Brasil concentra-se na região central de Rondônia e porção leste do Pará, noroeste de São Paulo e sul do Mato Grosso do Sul.

Gráfico 4 – Despejos da terra (famílias), trabalho escravo, assassinatos e expulsões de terra (famílias) no Brasil – 2006



Fonte: Comissão Pastoral da Terra. Organizado por Lopes (2020).

O trabalho escravo concentra-se na região leste do Pará, sudeste, sul e noroeste da Bahia, porção oeste de Mato Grosso. Os assassinatos concentram-se no Pará, Amazônia, Rondônia, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já as expulsões concentram-

se no Pará e com menor expressividade em Pernambuco e Sergipe, Amapá, Tocantins, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não fica a menor dúvida de que é a violência do Poder Privado e do Poder Público o principal responsável pelo aumento dos conflitos no campo brasileiro” (CPT, 2018, p.9). A falta de fiscalização configura-se como um dos principais problemas que agravam a problemática da violência e dos conflitos no campo brasileiro, muito ainda deve ser feito para que os grupos minoritários que mais são afetados com tal impasse possa gozar da liberdade de possuir uma porção de terra sem se preocupar com conflitos.

O cenário brasileiro ainda é preocupante e alarmante no que concerne a violência no campo, pois a cada ano agravam-se mais esses conflitos e conseqüentemente a violência no campo. Os grupos (camponeses, quilombolas, indígenas) reivindicam apenas, o seu direito de possuir um local que possam viver, produzir e se sustentar, mas enquanto os seus direitos não são atendidos, eles sofrem duramente perseguições, mortes e ameaças.

Muito ainda tem que ser feito, estudado e analisado e, este trabalho é apenas uma síntese da análise sobre a violência no campo nos últimos anos, que revela o panorama alarmante no qual o campo brasileiro se encontra, marcado por dificuldades de sobrevivência e existência dos camponeses, indígenas e quilombolas, que enfrentam tamanha barbárie de violências.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão n. 702. IPEA, jan. 2000.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no campo Brasil**. Edição especial, ano 44, n. 238, 2018. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/26-documentos?Itemid=>. Acesso em: 24 set. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil**. Edição extra, ano 42, n. 228. 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/category/26-documentos?Itemid=>. Acesso em: 24 set. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora na UFRGS, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>. Acesso em: 24 set. 2020.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

GUIMARÃES, Luiz Sérgio Pires. Evolução do espaço rural brasileiro. In: FIGUEIREDO, Haman de. (org.). **Brasil Uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016, 149-137. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo - território: revista de geografia**, v. 1, n.2, p. 3-11, ago. 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Dimensões policiais da violência no campo**. Tempo: Rio de Janeiro, v. 1, 1996, p. 126-141.

NEIVA, I. E. G. Os escravos no Brasil. In: Comissão Pastoral - CPT. **Conflitos no campo**: Brasil, 1994. Goiânia: CPT, 1994, p. 22-30.

OLIVEIRA, Igor Martins de. Rural-Urbano, Campo- idade uma perspectiva de *continuum*: reflexões a partir da cidade. In: CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 4., 2014. Montes Claros - MG. **Anais [...]**, Montes Claros - MG, Unimontes, 2014. Disponível em: http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT08/SESSAO2/04_GT_08.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.